

VALORIZADA COMO CAMPO DE SIGNIFICAÇÃO

Luiz Otávio Cabral
Maria Dolores Buss¹

INTRODUÇÃO

Enquanto totalidade, a paisagem resulta da combinação de múltiplos fatores e nos obriga a olhar para várias direções e disciplinas que possam auxiliar na compreensão de sua natureza. Comumente definida como “uma porção do espaço apreendida com o olhar”, apresenta-se como um conceito impreciso e em nossa opinião, assim deve permanecer.²

Se o arranjo de formas, cores, linhas, texturas e escalas são aspectos do mundo apreendidos de imediato pelos nossos olhos, é preciso ter claro que esses fatores podem assumir diferentes sentidos segundo o “modo de olhar” (atribuir significados). Assim é possível pensar a paisagem como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana (BARBOSA, 1998, COLLOT, 1990). Oferecida à nossa percepção e, ao mesmo tempo, produto de nossas experiências pessoais e coletivas, a paisagem constitui-se nesse movimento dialético. Segundo Denis COSGROVE (1998), decodificar os significados e valores das paisagens à nossa volta nos permite refletir sobre nossos próprios papéis para reproduzir a cultura e a geografia humana de nosso mundo diário.

Inspirado nestes pressupostos teóricos e fundamentado numa *abordagem humanista* em geografia, o presente estudo – resultado de outro mais amplo (CABRAL, 1999) – analisa a Bacia da Lagoa do Peri enquanto paisagem valorizada. Da complexidade desse objeto e suas camadas de formas e significados, nos interessou enfocá-lo sob duas perspectivas valorativas: *utilitária e ecológica*. Através dessas leituras, transpõe-se o entendimento da paisagem como “campo de visibilidade” para enfocá-la como “campo de significação” individual e sócio-cultural, quando se busca decodificar as percepções, atitudes e valores ambientais de diferentes sujeitos e grupos.

Desde já, explicita-se que não se trata de uma só paisagem, mas de um espaço que abriga variações paisagísticas naturais, culturais e psicológicas, que entrelaçadas denunciam a diversidade dos cenários e a dinâmica da experiência espacial.

A PAISAGEM E SUAS FORMAS

Situada ao sul da Ilha de Santa Catarina, a Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri drena uma área de aproximadamente 20 Km², o que corresponde a 5% da superfície da Ilha. Enquadrada como Parque Municipal, a bacia possui uma lagoa com uma lâmina d’água que se estende por um quarto de sua área e que configura como o maior reservatório de água doce do litoral catarinense (Figura 1).

¹ Doutorando e Professora do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Etimologicamente, o vocábulo em português provém do francês *paysage* e apresenta na definição do lexicógrafo FERREIRA (1989, p.1018), conotações vinculadas à percepção espacial e à arte: “1. Espaço de terreno que se abrange num lance de vista. 2. Pintura, gravura ou desenho que representa uma paisagem natural ou urbana.”

Figura 1: Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri
Localização, uso e cobertura do solo

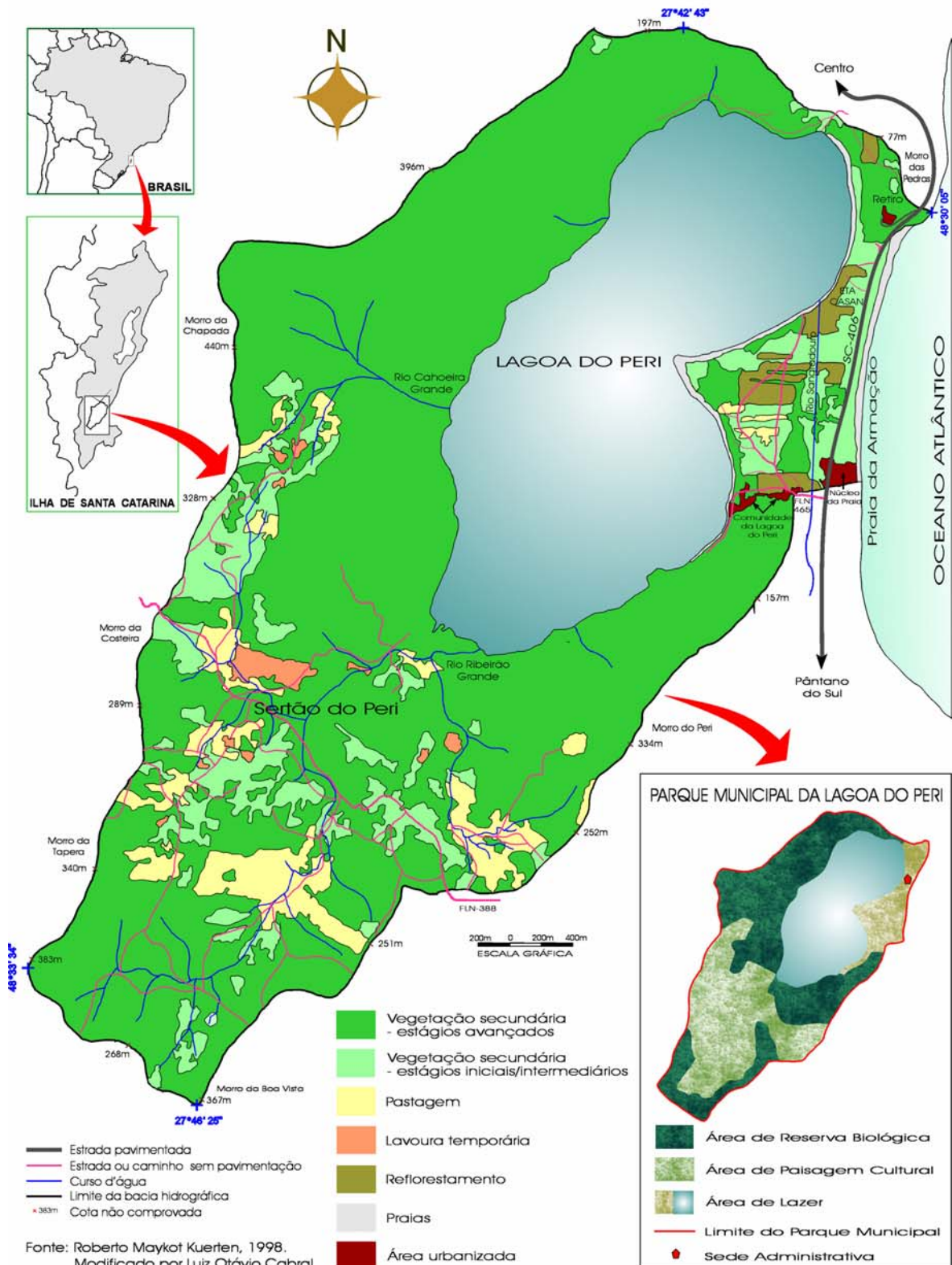



Figura 1: Uso e cobertura do solo da Bacia da Lagoa do Peri

Atualmente, dependendo do ponto de vista, as marcas antrópicas na paisagem tornam-se imperceptíveis. Estando no local, especialmente às margens da lagoa, percebe-se, de imediato, que a dominância na composição é compartilhada entre *água*, *vegetação* e *relevo* (Figura 2 e Quadro 1).



Figura 2: Vista das faces oeste e sul da Bacia da Lagoa do Peri

Quadro 1: Caracterização e inter-relação dos grandes componentes da paisagem

RELEVO	VEGETAÇÃO	ÁGUA
<p>ACIDENTADO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Complexo cristalino pré-cambriano; - Ocupa 75% da área (vertentes norte, oeste e sul); - Vertentes dissecadas com vales pouco profundos e em forma de “v”; - Declividades entre 20 e 45%; - Solo argiloso (Podzólico vermelho-amarelo/ unidade de mapeamento “Ilha”) de baixa fertilidade. 	<p>MATA ATLÂNTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande pujança e elevada densidade/ heterogeneidade; - Espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas em estratos (superior, médio e inferior); - Na maior parte da área a fitofisionomia é de vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração. 	<p>REDE HÍDRICA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encaixada no sistema de falhas do embasamento; - Rios e pequenos mananciais drenam as águas plúvio-fluviais para a lagoa; - Os principais tributários (rios Ribeirão Grande e Cachoeira Grande) apresentam vários trechos encachoeirados.
<p>Sentido da inter-relação entre os componentes </p>		
<p>PLANO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Depósitos sedimentares quaternários; - compreende 25% da área; - Planície de restinga: origem marinha e eólica (leste da bacia); - Solo arenoso (Areias quartzosas/ unidade de mapeamento “Araranguá”) muito pobre em termos de fertilidade natural. 	<p>VEGETAÇÃO DE RESTINGA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação vegetal edáfica; - Predominância de formas arbustivas e onde o solo é mais fértil surgem espécies arbóreas; - Fitofisionomia bastante alterada pela ocupação humana (no passado pela agricultura de subsistência, atualmente pela expansão urbano-turística). 	<p>LAGOA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corpo d’água retido numa concavidade do embasamento pela barragem de sedimentos marinhos (planície de restinga); - Lagoa “suspensa” (2m acima do nível do mar). - Extravasa para o mar por um canal (Rio Sangradouro).

É curioso observar que a descrição contida neste quadro acaba recorrendo, de uma forma ou de outra, à indicação de dualidades paisagísticas. Nesse sentido, a partir da base geológica predominante (complexo granítico/sedimentos recentes), impõe-se uma dualidade aos componentes da superfície que se expressa não só no relevo (acidentado/plano) e no solo (argiloso/arenoso), mas também sobre a cobertura vegetal (Mata Atlântica/ vegetação de restinga) e de uma certa forma na própria hidrografia (rede hídrica/lagoa).

No que se refere às formas resultantes das interações humanas com a paisagem pode-se dizer que apesar de não haver dados históricos específicos sobre a ocupação da bacia, o processo mais significativo teve como base a colonização açoriana da Ilha de Santa Catarina e, mais precisamente, relacionou-se à fundação e expansão da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, instalada em 1761. Inicialmente, dois sítios de ocupação se estabeleceram: um nas partes elevadas do sul da bacia (hoje “Sertão do Peri”), onde a agricultura e a manufatura de engenho predominavam; outro na planície de restinga da face leste (hoje “Lagoa do Peri”), onde as atividades produtivas conjugavam pesca e agricultura. Desse modo, a humanização da paisagem resultou de um padrão de organização desenvolvido empiricamente, cujo eixo consistia na produção familiar de subsistência, estruturada em minifúndios. Ao longo do século XIX e início do século XX, o aumento da demanda (consumo familiar, troca ou venda) por produtos manufaturados como a farinha de mandioca, a aguardente e o açúcar, levou à expansão do ciclo agrícola e da economia de engenho.

Entretanto, a partir de meados deste século, com a decadência das atividades tradicionais e na medida em que a agricultura de subsistência foi sendo conjugada ou substituída por atividades mais dinâmicas – vinculadas à expansão urbano-turística –, boa parte das áreas cultivadas foram sendo abandonadas, o que permitiu a regeneração da vegetação e a recuperação da naturalidade e vigor da paisagem. Paralelamente, levando em conta esse incontestável valor paisagístico e, principalmente, sua importância como manancial de água doce para todo o sul da Ilha, a Bacia da Lagoa do Peri foi alvo de uma série de decretos e leis ambientais.

Já em 1952, a área foi contemplada num decreto presidencial que qualificou o sul da Ilha como zona de “Florestas Remanescentes”. Em 76, a bacia hidrográfica foi tombada como “Patrimônio Natural” através de um Decreto Municipal. Posteriormente, nos anos de 81 e 82, a área foi regulamentada como unidade de conservação de uso restritivo, especificamente sob a forma de “Parque Municipal”. Nesse caso, para ajustar o manejo dos recursos aos objetivos estipulados, estabeleceu-se um zoneamento que segmentou a paisagem em: *Área de Reserva Biológica*, destinada à proteção integral da flora e fauna; *Área de Paisagem Cultural*, onde se encontram os assentamentos tradicionais e voltada ao desenvolvimento da população nativa; e *Área de Lazer*, destinada às atividades públicas de lazer. Alguns elementos do contexto da ocupação hoje estão enunciados no Quadro 2.

Quadro 2: Características gerais da ocupação atual da Bacia da Lagoa do Peri

“LAGOA DO PERI” (planície de restinga)	“SERTÃO DO PERI” (alto da bacia)
Enquadrada como <i>Área de Lazer</i> do Parque, contém aproximadamente 77% da população e das residências existentes na bacia.	A partir do zoneamento do Parque, configura como <i>Área de Paisagem Cultural</i> e contém apenas 21% da população da bacia.
Moradores apresentam origens diversas, inclusive estrangeiros.	A maioria dos moradores são descendentes de açorianos.
Trechos de ocupação adensada com muitas casas secundárias; destacam-se duas aglomerações: núcleo da Praia da Armação (entre rodovia-linha de praia) e Comunidade da Lagoa do Peri (entre rodovia-lagoa).	As casas mantêm-se distantes umas das outras; residências e outras instalações (galpões, estábulos, engenhos desativados) em meio a áreas de pastagem e lavoura.
Facilidade de acesso (rodovia SC-406); proximidade do mar, da lagoa e de balneários bastante urbanizados; e, disponibilidade de infra-estrutura e serviços públicos variados.	Dificuldade de acesso (isolamento) e infra-estrutura pública precária; dispõe apenas de rede de energia elétrica, de uma igreja e uma escola primária.
Atividades ocupacionais diversificadas e vinculadas ao setor de serviços.	Conciliam ocupações no setor de serviços com atividades agro-pecuárias de subsistência.
Conflitos de uso patrimonial (imobiliário) com o poder público em função da existência do Parque.	Conflitos em torno do uso de recursos naturais (manejo da vegetação).
Visitação intensa durante todo o verão.	Visitação em menor escala às cachoeiras.

Segundo cadastramento efetuado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM, 1998), atualmente o contingente populacional em toda a bacia é de aproximadamente 700 pessoas. Dos 54 domicílios que existiam na área da bacia no final da década de 70 (IPUF, 1978), hoje tem-se aproximadamente 300 residências (FLORAM, 1998). Teoricamente, aquelas casas construídas depois da data de criação do Parque (3 de dezembro de 81) estão em condição “ilegal”. Desde 87, nove casas já foram demolidas e, atualmente, tramitam pela procuradoria do município dezenas de ações de reintegração de posse. No caso da porção leste da bacia, se por um lado, o desenvolvimento urbano-turístico (especialmente a partir da pavimentação da SC-406 no início da década de 80) explica o porque do aumento significativo do número de habitantes e domicílios, por outro, considerando que se trata de uma área regulamentada como “não edificante”, isto só pode ser entendido quando se leva em conta a ausência e/ou debilidade dos mecanismos administrativos e de fiscalização.

Resumindo, no que concerne a humanização da paisagem o sistema de ações interviu, ao longo do tempo, de modo distinto na dinâmica daquele ecossistema: indo da exploração indiscriminada dos recursos à proteção legal do patrimônio natural e paisagístico. Em meio à decadência do modo de vida tradicional, os dois sítios de ocupação – em muito devido ao contexto geográfico predominante numa e noutra área – responderam de forma diferenciada ao desenvolvimento das últimas décadas, traduzindo-se, atualmente, numa outra dualidade paisagística: urbana/rural.

A PAISAGEM E SUA VALORIZAÇÃO

Circunscrição conceitual e metodológica

A priori, é preciso articular algumas idéias que permitam pensar a paisagem como fenômeno vivido. Para tanto, recorreremos à abordagem humanista enquanto corrente do pensamento geográfico que enfatiza os aspectos subjetivos das relações humanas com o meio ambiente. De acordo com Yi-fu TUAN (1982), através do estudo da relação das pessoas com a natureza e dos seus sentimentos e idéias sobre os espaços, paisagens e lugares, a geografia humanista reflete sobre os fenômenos geográficos a fim de melhor entender o homem e sua condição.³

Numa perspectiva fenomenológica, o “mundo vivido” é multifacetado por tratar-se daquele mundo de experiências, ambigüidades, comprometimentos e significados das nossas vidas. Em nossas confrontações com o mundo vivido geográfico, encontramos combinações de artefatos com os aspectos naturais e se chamamos ou não de paisagem, sua presença é inevitável. “Esses ambientes palpáveis são paisagens, que não somente possuem conteúdo e substância mas também são os cenários significantes das experiências diárias e das excepcionais” (RELPH, 1979, p. 13).

Na medida em que são experienciadas diretamente como atributos do mundo vivido, paisagens, assim como espaços e lugares, constituem as bases fenomenológicas da realidade geográfica. Conquanto, convém lembrar que sob essa perspectiva não há limites rígidos entre as categorias e nem a relação entre elas é constante: “Lugares têm paisagens, paisagens e espaços têm lugares” (ibidem, p. 16).

Para Eric DARDEL (1952), as relações humanas com espaços, paisagens e lugares são chamadas de “geograficidade” (*geographicité*). Mais vivida do que expressa, a geograficidade é uma idéia que encerra todas as respostas e experiências que temos dos ambientes nos quais vivemos. Quando são positivas e agradáveis são experiências *topofilicas*, mas quando são negativas, desagradáveis ou repulsivas, são experiências *topofóbicas*. Entende-se que topofilia e topofobia estão associadas com o caráter do ambiente e com os valores e atitudes daqueles que o experienciam.

A fim de ilustrar o universo dos valores concernentes às paisagens, pode-se recorrer a uma pesquisa efetuada por Donald MEINIG, em 1979, onde foram identificados dez enfoques diferentes: paisagem como *natureza* destaca os elementos físicos e atribui pouca importância à ação humana; como *habitat*, ela é vista como território para morada do homem; como *artefato*, considera-se primeiramente o produto da ação humana sobre a natureza; como *sistema*, a paisagem é percebida como um conjunto, não se prestando atenção a fatos isolados; como *problema*, tende-se a identificá-la com algo a ser superado; como *riqueza*, tudo que é percebido na paisagem tem valor monetário; como *ideologia*, ela é vista como uma representação e combinação de símbolos de uma sociedade; como *história*, a paisagem representa um registro de ocorrências diversas, de experiências do passado; como *lugar*, ela é um centro de valor que é associado a satisfação de necessidades diversas; como *estética* a paisagem é avaliada em suas qualidades panorâmicas e artísticas (HOLZER, 1992).

Um estudo de valorização de paisagem sob uma abordagem humanista pressupõe, assim, um certo deslocamento da atenção do objeto externo para os fenômenos que ocorrem com os sujeitos que a vivenciam; não no sentido de determinar ou quantificar as forças psíquicas envolvidas, mas de descrever e analisar a maneira pela qual as pessoas partilham essas relações existenciais.

No âmbito metodológico deste estudo, realizou-se, com base em procedimentos indicados na literatura (WHYTE, 1978; MACHADO, 1988; BLEY, 1990), entrevistas baseadas em questões abertas e que levantaram aspectos da percepção, atitudes e valores de *moradores*, *visitantes* e *fiscais do meio ambiente* acerca da paisagem e do próprio Parque.⁴ A partir das informações obtidas e mediante alguns

³ Werther HOLZER (1992), corrobora com a tese de que a geografia humanista advém do empenho de geógrafos históricos e culturalistas, que a partir dos anos setenta, estão interessados em renovar suas disciplinas com contribuições da antropologia, psicologia, sociologia, etc. Quanto ao aporte filosófico, afirma o autor, ela recorre à fenomenologia-existencialista, cuja ênfase recai sobre a valorização do indivíduo e, por conseguinte, sobre a aceitação da existência e da subjetividade como fontes para o conhecimento.

⁴ Neste trabalho, o termo “percepção” é entendido como o processo através do qual o homem apreende os dados ambientais (sensoriais) e os organiza para lhes dar significado. Por sua vez, o conceito de “atitude” indica uma postura, uma posição tomada frente a algo. Já no que se refere à noção de “valor”, dentre as dezenas encontradas no dicionário destacamos a idéia que define “valor” como a importância atribuída à determinada coisa, como uma qualidade pela qual esta coisa é estimável em maior ou menor

procedimentos fornecidos em *análise de conteúdo*, sistematizamos a leitura sobre a valorização da paisagem apresentada a seguir. Observe-se, que ela é descritiva na medida em que visa mais freqüentemente sugerir do que concluir.

A valoração utilitária: a paisagem como habitat, lazer e labor

A geografia é distintamente antropocêntrica no sentido do valor e do uso do espaço para o homem. GOLD & BURGESS citados por BLEY (1996), afirmam que todos buscamos um meio que satisfaça nossas necessidades básicas. Os indivíduos, não importa sua condição ou papel social, exigem *possuir* e *criar* suas próprias paisagens; nesses verbos encontra-se o verdadeiro significado do valor das paisagens.

Na experiência utilitária, a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri é valorizada pela sua capacidade em atender à diferentes necessidades humanas cotidianas e/ou eventuais. Dos relatos obtidos de moradores, visitantes e fiscais, três tendências foram abstraídas: “paisagem como habitat”, “paisagem como lazer”, e “paisagem como labor”, respectivamente. Vê-se portanto, que a identidade da paisagem é colorida pelo papel sócio-cultural exercido pelos sujeitos ou grupo.

“Paisagem como habitat” compreende a perspectiva do morador que se refere à paisagem como território de moradia, convívio social (familiar) e/ou de subsistência. Em geral, devido à sua imersão cotidiana na paisagem, o morador apresenta respostas ambientais bem mais complexas. O “lar” ocupa o centro de seu sistema de referência espacial e a paisagem constitui um horizonte da existência do indivíduo que deve ser apreendido e defendido de forma consoante com seus propósitos e necessidades. Daí alguns entrevistados enfatizarem que “o morador também faz parte da paisagem”. Por se tratar da terra ancestral, do lugar onde nasceram e/ou de onde ainda tiraram parte de sua subsistência, convém lembrar que o sentido de “paisagem-habitat” assume uma profundidade bem maior na experiência dos “nativos”.⁵

Pra mim?... isso aqui é “ouro”! Pra sair daqui só quando eu morrer, mas enquanto eu tiver sobre a terra tá bom [...] Eu andei três anos pelo Rio Grande, vi muito lugar, mas sempre com pensão aqui... eu vivi aqui desde pequeno e deixei o umbigo aqui dentro! A beleza desse lugar tá nisso, aonde a gente anda, em tudo, mas a gente lembra da onde nasce, da onde se criou (morador, 64 anos).

Nesse relato, é possível entender, com base em TUAN (1980, 1983), que este tipo de topofilia está formada da intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. Tais aspectos engendram afeição e um profundo apego pelo lugar. Obviamente, que estes vínculos históricos e existenciais não apresentam a mesma intensidade na experiência de paisagem dos moradores “de fora”. Também imbuída de uma afetividade que evolui com o passar do tempo, as respostas ambientais desses residentes tendem a expressar com mais facilidade a apreciação estética da paisagem.

Significa tudo! Só morando aqui pra entender... pra aprender a respeitar o lugar [...] Quando eu cheguei aqui, eu não me dei conta da sorte que eu tava tendo de morar aqui [...] A paisagem pra nós aqui é tudo por causa da beleza da natureza e da alta qualidade de vida que ela representa (moradora desde 85, 42 anos).

De um modo geral, a grande variedade de adjetivações (sossego, qualidade do ar, beleza, subsistência, naturalidade, qualidade da água, sociabilidade, saudável, segurança, etc.) atribuídas à paisagem certificam direta ou indiretamente a qualidade de vida desfrutada.

“Paisagem como lazer” constitui a apreciação do visitante que enquadra o espaço como local onde as necessidades de lazer em nível de ócio são atendidas. Na condição de usuário eventual, o visitante tende a focalizar de maneira diferenciada o meio ambiente. Inicialmente, a partir das idéias de TUAN (1980), admite-se que a percepção do visitante (e especialmente a do turista) freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros e nesse sentido, seu ponto de vista é mais estético que o do morador. Além disso, enquanto para o morador a paisagem é *constitutiva* da realidade cotidiana (lar,

grau (FERREIRA, 1984). Essa valoração é uma apreciação, um juízo; deriva-se da cultura, socialização e meio ambiente e pressupõe algo indissociável da percepção do objeto espacial.

⁵ O termo “nativo” é empregado neste estudo para designar os moradores que nasceram na área da Bacia da Lagoa do Peri ou entorno e cujos ancestrais apresentam origem semelhante. Já a expressão “de fora” – empregada pelos nativos – se aplica àqueles moradores provenientes de outros bairros mais distantes, municípios ou estados.

família, subsistência), para o visitante ela é um recurso à *reconstituição* da existência. Vivida como o anticotidiano, a “paisagem como lazer” proporciona a reparação das forças psico-físicas que o dia-a-dia da cidade, o trabalho e a família esgotaram (lazer escapista).

A lagoa pra mim é um lugar de silêncio, de repouso [...] significa um distanciamento do urbano, do asfalto, dos edifícios... É bom se isolar do mundo num lugar como esse. Essa tranqüilidade, essa paz, traz até uma segurança de que ainda existem lugares que o homem não conseguiu tocar, destruir (visitante, 39 anos).

Dado o contato mais esporádico, localizado e específico com o ambiente, entende-se o porque da experiência do visitante ser caracterizada por adjetivações (sossego, beleza, segurança, sombreado, naturalidade, qualidade da água, harmonia, etc.), cujos conteúdos refletem exclusivamente os atributos recreativos e estéticos da paisagem. Se de um lado, o número de aspectos qualitativos e paisagísticos (*naturais*: lagoa, vegetação, morros; *artificiais*: infra-estrutura de lazer) se equivalem, de outro, a variedade e quantidade de adjetivos mencionados – bem menores do que nos registros dos moradores – por esta classe de usuários apontam para o papel da interação tátil-cinestésica na experiência da “paisagem-lazer”.

“Paisagem como labor” associa-se à condição de fiscal, que tende a retratar o espaço enquanto local de exercício profissional vinculado à existência do Parque. Por desempenharem papéis sócio-culturais distintos, a representação de paisagem associa-se à concepção de uma reserva que está sob sua responsabilidade e que, na opinião de alguns fiscais, deve servir às gerações futuras:

[...] essa paisagem é o meu trabalho... aqui eu tenho que fazer pra não deixar destruir toda essa natureza [...] eu tenho o maior prazer em preservá-la, porque ela vai servir muito pra mim, pra minha filha e para as gerações futuras né [...] como pessoa e como fiscal significa que tem uma boa parte da minha vida aqui (fiscal desde 87, 44 anos)

Devido ao conhecimento detalhado da área, nas referências à paisagem efetuada por este grupo, evidencia-se que as formas paisagísticas naturais (lagoa, vegetação, fauna, pedras, cachoeiras) predominam – mais do que nas respostas de moradores e visitantes – em relação aos aspectos qualitativos (beleza e naturalidade), que por sua vez, tendem a convergir para a apreciação estética da paisagem. Nesse sentido, dentre os fiscais, a Área de Reserva Biológica assume um significado especial. Além disso, um outro ponto que sugere uma diferenciação em relação àquelas perspectivas encontradas nos outros dois grupos refere-se à ausência da adjetivação “sossego”, possivelmente devido aos estados de aflição e receio comuns ao ato de fiscalizar.

Ao discorrerem sobre sua fisionomia, chama a atenção o fato de alguns fiscais descreverem a paisagem como um sistema, empregando aqueles conceitos institucionalizados: dispositivos legais, concepção de Parque, zoneamento, etc.

De um modo geral, acerca da fisionomia da paisagem – cientes que as formas naturais são percebidas com mais vigor e significância que as estruturas artificiais –, convém enfatizar que a “lagoa” é o elemento em torno do qual a representação espacial se estrutura, exceto no caso dos moradores do “Sertão do Peri”.

No caso das formas de interação com a paisagem preferidas, percebe-se que os usuários referem-se àquelas condicionadas por seus papéis sociais: tendo o lar como ponto focal, não é de se surpreender que os moradores declarem gostar de afazeres relacionados ao habitat (cuidados com jardim, horta, residência), além do que, dada a qualidade de vida e ambiental desfrutada, pode-se entender porque eles não enfatizam as necessidades de lazer escapista; já entre os visitantes, as atividades mais aprazíveis (descansar à sombra, banho de lagoa, contemplar a vista, churrasco) estão vinculadas às suas necessidades de lazer e entretenimento; os fiscais, por sua vez, identificam-se por “só fazerem aquilo que gostam” e enfatizam o prazer por aquilo que é ao mesmo tempo seu trabalho: “caminhar pela área”.

O valor afetivo atribuído à paisagem pode ser obtido ainda nas respostas dos informantes acerca do que mais sentiriam falta caso não tivessem mais acesso (morar, visitar ou trabalhar) àquela área. A maioria resume suas indicações à categoria “lugar”, entretanto, se visitantes e fiscais levantam a possibilidade de substituírem a perda por um outro local semelhante, moradores reforçam a idéia do lugar como algo único e insubstituível, daí “nem é bom pensar” na possibilidade de se mudar.

Mas o mundo vivido é multifacetado e as respostas à paisagem da Bacia da Lagoa do Peri não são apenas de natureza topofílica e incluem aspectos negativos e ambíguos: para os moradores – responsáveis pelo maior número de registros – os aspectos negativos referem-se direta ou indiretamente à existência do Parque (coerções, visitação, edificações e projetos do poder público); para os fiscais, os fatores que depreciam a paisagem são resultado do uso e apropriação indevida por moradores e visitantes (visitação excessiva, construções residenciais, lixo, pesca irregular); entre os visitantes, as poucas referências efetuadas sobre o que não gostam, dizem respeito basicamente ao descaso com o lixo e à precariedade da infra-estrutura de lazer.

A valoração ecológica: a paisagem como reserva e como problema

A ecologia, na opinião de DUBOS (1981), torna-se uma ciência mais complexa e interessante quando as aspirações humanas são consideradas parte integrante da paisagem. Indubitavelmente, dentre as tendências atuais que afetam nossas reflexões e julgamentos ambientais coloca-se em evidência o sentido ecológico. No discurso dos grupos abordados a valoração ecológica da paisagem apresenta-se de modo ambíguo e ambivalente – especialmente entre os moradores.

“Paisagem como reserva” é a avaliação pela qual a Bacia da Lagoa do Peri é valorizada como um espaço ou patrimônio a ser conservado de forma a garantir, sob a guarda do poder público, as necessidades das gerações presentes e futuras. Se para os fiscais a preservação da natureza se coloca como o principal propósito de sua relação com a paisagem, moradores e visitantes também reconhecem que a garantia de satisfação de seus interesses e objetivos – qualidade de vida pelo habitat e pelo lazer, respectivamente – depende do elevado nível dos atributos naturais. Não há dúvida que tais intencionalidades se aproximam, em maior ou menor grau, daqueles preceitos e valores institucionalizados.

Dentre as formas e ações idealizadas em termos de cuidados que se deve ter com aquele ecossistema, constata-se que os usuários creditam na “fiscalização” o papel mais significativo, entretanto, demonstram de diferentes formas que essa responsabilidade não deve ser exclusiva do poder público. Por outro lado, as atitudes dos moradores convergem para o sentido de auto-afirmação ou identidade: da parte dos “nativos”, quando enfatizam que “cada um deveria tomar conta do que é seu”, o que reflete a indignação e o inconformismo pelas restrições de uso impostas; dentre os moradores de um modo geral, quando vinculam a proteção da paisagem à manutenção da população residente, o que decorre do fato de dezenas de habitantes estarem com seus direitos de permanência ameaçados.

Mesmo que aquelas atitudes decorrentes da apreciação da “paisagem como reserva” apenas reflitam o conservacionismo presente no discurso ambientalista hoje, demonstram posturas que vão ao encontro dos valores e objetivos institucionalizados. Por esse viés, interessou-nos inquirir especificamente sobre como os diferentes sujeitos ou grupos avaliam a existência do Parque e seu papel na conservação do patrimônio natural e paisagístico. Precisamente, quanto ao significado do Parque, a categoria “reserva” ou “área de preservação” é a que melhor enquadra as idéias comunicadas:

É negócio de criar bicho, pra deixar criar bastante mato, não deixar desertado... serve pra não deixar desmatar as nascentes de água... e serve pra gente que é daqui mora! (*moradora, 63 anos*)

É uma área que foi delimitada para a preservação da biodiversidade e onde não pode mais haver a ação depredadora do homem [...] Além de servir pra esse contato íntimo com a natureza, serve também ao turismo, pois é um lugar onde a natureza pode ser observada na sua totalidade. (*visitante, 44 anos*)

É uma área de proteção intocável. É regido por leis e foi criado pra manter a qualidade do manancial hídrico, a reserva biológica, a Área de Paisagem Cultural... serve de lazer pra muitas pessoas, pra estudos ambientais... pras pessoas nativas fazerem exposição... e também é o meu local de trabalho! (*fiscal, 32 anos*)

Note-se nestes enunciados, as implicações da perspectiva utilitária sobre o significado do Parque, ou seja, além de ser reconhecida como reserva ou área de preservação, cada grupo tende a enfatizar aquela função (moradia, lazer e trabalho) que atende suas necessidades e objetivos em relação à área.

Convém ainda, discorrermos sobre uma situação hipotética e que pretendeu insistir no reconhecimento da importância do Parque. Ao serem incitados a caracterizar o estado da paisagem caso não fosse protegida por lei e nem fiscalizada, os entrevistados recorreram à representações ou imagens ambientais vinculadas à degradação e ocupação desordenada. Pode-se dizer, portanto, que os informantes ratificaram a importância do Parque prevendo que sem a proteção legal e a ação da fiscalização a paisagem estaria completamente descaracterizada.

“Paisagem como problema”, refere-se à apreciação que identifica algo a ser superado, isolando-se da cena usos e atividades inadequados, fatores de impacto ambiental, conflitos, etc. Obviamente, os grupos abordados distinguem-se quanto ao que “não gostam” na paisagem. Dos aspectos já indicados, interessamos detalhar aqueles que circunscrevem a “paisagem-problema” dos moradores, precisamente a partir das três categorizações seguintes:

a) As respostas dos moradores às coerções sofridas: Dentre as condições que promovem a ambiguidade e a ambivalência ambiental, destacamos a natureza complexa dos estímulos ambientais e o tempo de experiência do indivíduo ou grupo. Tal pressuposto, acrescido do fato de que a existência do Parque implica em coerções diversas, permitem nos aproximar das razões pelas quais a avaliação ambiental do morador é mais ambígua. Não que visitantes e fiscais tenham se colocado de forma totalmente consistente e sem contradições, mas é que no caso dos moradores, tais apreciações foram muito mais frequentes e significativas, permitindo considerar que se tratam de fatores compartilhados no grupo.

Neste sentido, sentimentos opostos e conflitantes surgiram já no início da entrevista, quando certos moradores discorreram sobre o significado da paisagem:

Pra nós isso aqui é uma alegria né. O camarada nasce aqui... pra nós tá aqui é mesma coisa que tá no céu... tem ar livre. Aqui não tem nada que consoma né... Não tinha nada que incomodava né. Agora não, o camarada já é perseguido, não é a mesma coisa que era de primeiro que você pegava a batera, saia pra matar o peixinho que tinha lá e vinha embora. Agora não! (*morador, 61 anos*)

Indubitavelmente, entre os vários aspectos regulamentados, a definição de como os moradores devem ou não devem utilizar os recursos é quase sempre visto por eles como uma arbitrariedade dos fiscais e mais genericamente da administração do Parque ou do poder público. Dos casos levantados, evidenciamos: (i) as respostas dos moradores do Sertão do Peri às restrições de manejo da cobertura vegetal; (ii) as reações dos moradores da Área de Lazer às coerções sobre o patrimônio imobiliário.

Para os habitantes do “Sertão do Peri”, a prática da coivara, impõe a necessidade de derrubada da mata, seguida de queimada e de retirada da lenha. Ao serem coibidos pelos fiscais de levarem à cabo esse manejo, os moradores têm que cultivarem sempre as mesmas áreas, o que acaba contribuindo para diminuir a produtividade. Por não terem outras alternativas, os moradores se submetem a efetuar de forma clandestina e em menor escala aquelas práticas tradicionais. Não é à toa que as expectativas de uso em relação à paisagem, caso não fosse fiscalizada, resume-se em continuar executando as atividades de subsistência sem serem importunados.

Por sua vez, para os moradores da Área de Lazer, alguns de seus maiores problemas também estão inscritos no dilema “preservação versus manejo”. Submetidos a uma legislação e a uma fiscalização bem mais rigorosa, que lhes impede de efetuar até mesmo os serviços básicos de manutenção (pintura, reforma em telhados, paredes, etc.), esses usuários manifestam com frequência seu inconformismo

diante da impossibilidade de satisfação de necessidades tão básicas. Daí a expectativa de uso – caso não fosse proibido – se referir às reformas e/ou construções residenciais.

Convém lembrar que na medida em que as regras impostas não vêm acompanhadas de um processo de educação ou conscientização, e/ou de alternativas que compensem as restrições sofridas, os usos e atividades considerados “ilegais” tendem a manter-se sob o signo da clandestinidade. Em tais circunstâncias, a experiência com os lugares e a paisagem tornam-se topofóbicas, motivadas por estados psicológicos de medo, receio ou ansiedade.

Se você vai no mato pra tirar um cipó, já anda com medo de encontrar um fiscal. Se ele vê você com um bambu nas costas ou qualquer coisa, ele vai dizer que tá devastando a área do Parque. Parece que você matou um e que anda correndo da polícia. Se você vai com uma tarrafinha pro lado de lá você se sente caçado ou qualquer coisa. Anda sempre com a idéia que pode chegar a fiscalização e pegar você né. Já não é igual como era de primeiro que se era livre! Você ia lá pra costa, donde se trabalhava, cortava um palmito e trazia pra comer em casa ensopado. E agora se eles pegar você com um palmito nas costa ou dentro da embarcação é capaz de levar preso. Então é a mesma coisa que o camarada andar perseguido. Eles tão sempre em cima né, igual urubu na carniça! (morador, 61 anos)

É curioso notar que os moradores nativos recorrem ao passado (“de primeiro não tinha nada disso”) toda vez que retratam os problemas decorrentes da existência do Parque. Neste caso, o passado é representado como um momento de liberdade, em oposição às coerções de que são vítimas hoje. Na fala, a indignação pelas privações ou pela possibilidade de expropriação, são vistas como consequência da discriminação entre “ricos e pobres” e/ou entre moradores “de fora e nativos”. Esta atitude é muito enfatizada nas considerações sobre a problemática das demolições.

De um modo geral, os habitantes locais referem-se às demolições como algo “absurdo” e “arbitrário”, sobressaindo-se os argumentos que retratam as ações como uma violação do direito de moradia, principalmente quando se trata da única residência da pessoa. Assim é que o embate “moradores versus parque” também pode ser avaliado na tensão entre espaço público e privado. Sabe-se que com a implantação do Parque um espaço de utilidade pública é institucionalizado sobre um espaço já todo retalhado por propriedades particulares. Trata-se de um processo de sobreposição territorial. Para os moradores, o território institucionalizado (Parque) constitui uma ameaça àquela porção da paisagem sobre a qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle e uso dos recursos e do patrimônio.

Por outro lado, admite-se que a dimensão intersubjetiva do embate “moradores versus parque” esteja intimamente associada à necessidade de afirmação da identidade grupal. Parte deste sentido, estrutura-se sobre idéias, sentimentos e estereótipos que constituem a forma como cada grupo representa o outro.

b) As representações inter-grupais: Ao discorrerem sobre a atuação dos fiscais, os moradores acabam recorrendo a aspectos ambíguos e até mesmo depreciativos: se para certos moradores da “Lagoa do Peri”, sobressai-se o caráter autoritário do tratamento dispensado pelos fiscais, entre os nativos do “Sertão do Peri”, a fiscalização tem seu mérito, porém, desde que não interfira nos seus afazeres. Os fiscais por sua vez, operam suas opiniões distinguindo entre os moradores que já residiam na área e os que se estabeleceram depois da criação do Parque, sendo que desses, muitos são taxados de “invasores”.

Em outras palavras, se de um lado, os fiscais discriminam entre “moradores antigos” e “invasores”, reconhecendo os direitos de permanência dos primeiros, de outro, os moradores nativos, como já vimos, reclamam da “perseguição” ou “discriminação” por parte dos fiscais. Nesse caso, admite-se que uma das razões esteja na resistência em aceitar a administração e a fiscalização enquanto autoridades. Isto fica evidente no que se refere às solicitações para reformas: enquanto boa parte dos moradores “de fora” procuram acatar as exigências institucionais, os nativos colocam-se como sendo um absurdo ter que pedir para intervir no que é de sua propriedade, e acabam se opondo a esse procedimento.

Na prática, evidencia-se a persistência de acusações e denúncias que nutrem o embate desde o início do processo de implantação do Parque: enquanto os fiscais e administradores alegam que os habitantes com seus usos e obras irregulares degradam àquele ambiente, os moradores criticam a conduta arbitrária da administração, os empreendimentos do poder público (sede administrativa e Estação de Tratamento de Água – ETA-CASAN) e de certos grupos privados (Clube dos Trinta e Sede dos Escoteiros), instalados na área depois da criação do Parque.

Um dado curioso é que a dimensão deste embate acaba pesando também sobre a valoração visual da paisagem: para os moradores de um modo geral, o prédio da sede administrativa é visto como um elemento detrator da qualidade visual. Embora seja uma edificação bonita, pressupõe-se que pesa sobre a representação dos moradores o que ela simboliza em termos de afirmação do poder institucionalizado. Tanto da parte dos moradores como de alguns fiscais, certas críticas em relação ao poder público recaem sobre as debilidades do processo de implantação do Parque.

c) As controvérsias em torno da implantação do Parque: Sabe-se que um dos maiores problemas existentes nas unidades de conservação é convencer as populações locais dos benefícios da área protegida. Indubitavelmente, as coerções sofridas estão no cerne dessa problemática.

Tomando a idéia de que o Parque ainda não foi efetivamente implantado, é possível extrair do discurso dos moradores dois motivos: (i) não há uma demarcação física dos limites; (ii) não houve a desapropriação e indenização dos proprietários.

Em se tratando da demarcação do Parque, sabe-se que a falta de sinalização concreta (limites externos e internos) incide negativamente sobre muitos aspectos da realidade local. Essa negligência administrativa tem fomentado controvérsias, que por sua vez, são reforçadas pela resistência de certos habitantes em aceitar que o local de moradia esteja dentro do Parque – uma vez que isso implicaria no acato das normas impostas.

A definição das áreas de uso e ocupação do solo também é alvo de contestações. Nas entrevistas, ao se referirem ao zoneamento, os moradores da “Lagoa do Peri” retratam com indignação o fato do local ter sido enquadrado como Área de Lazer, já que isso implicou num regime de uso extremamente restritivo. Cientes da discriminação sofrida, reivindicam a situação legal vigente no “Sertão do Peri” (Área de Paisagem Cultural).

O segundo motivo que na opinião de certos moradores vai de encontro ao processo de implantação, refere-se ao fato de que a quase totalidade da área abrangida pelo Parque não é pública, tendo em vista que ainda não houve a desapropriação legal e muito menos a indenização dos respectivos proprietários. De fato, sabe-se que o arcabouço legal estabelece os parques como bens de domínio da união, estados ou municípios e destinados ao uso comum da sociedade. Se a área abrangida é pública, o decreto de criação configura a destinação do bem público, tornando-o inalienável e indisponível; se o domínio é privado, o poder público deve promover a desapropriação.

Indubitavelmente, os maiores problemas existentes no Parque da Lagoa do Peri derivam da questão fundiária, especialmente na Área de Lazer. Embora as terras abrangidas pelo Parque devessem ser públicas, nem o terreno onde se encontra a sede administrativa está nessa condição, uma vez que vem sendo cedido por contrato de comodato desde 1986. Portanto, do ponto de vista fundiário o Parque não possui legitimidade, estando tão irregular quanto aquelas edificações construídas depois de sua criação. Aqui, torna-se apropriada a idéia de que a ilegalidade é prática corrente nas demarcações territoriais empreendidas por diversos agentes, oficiais ou não.

Consideremos, finalmente, que no contexto da “paisagem-problema”, de muitos modos os moradores expressam sua resistência e inconformismo diante das imposições sofridas. Em diferentes momentos a organização comunitária deteve papéis importantes na defesa da tese de que é preciso compatibilizar a presença dos moradores com a preservação ambiental. Defendida primeiramente pela associação de moradores ou ASMOPE, fundada em 86, e depois pelo Conselho de Moradores⁶, constituído em 97, esta postura reivindica a participação dos habitantes nas decisões que afetam as suas vidas e vai ao encontro do eixo daquelas alternativas que permitiriam a compatibilização entre as dimensões institucionalizada e vivida da paisagem: a implementação efetiva de uma gestão participativa do Parque.

Em contrapartida, o que se constata é um descaso absoluto por parte do poder público em relação à importância e ao papel legal do Conselho. Com freqüência, as deliberações são tomadas sem sequer levar em conta o parecer do órgão de representação dos moradores. Além do que, a organização comunitária débil e incipiente acaba contribuindo para o agravamento da problemática.

⁶ O Conselho de Moradores é o órgão colegiado de aconselhamento da administração do Parque composto por moradores eleitos em assembléia.

Indubitavelmente, as tensões e conflitos que circunscrevem a “paisagem como problema” são diversos e significativos. Sem o devido equacionamento da problemática e a busca democrática por alternativas que permitam sanar os problemas existentes, certos objetivos que justificaram a criação do Parque da Lagoa do Peri estão fadados a serem distorcidos, quando não impossíveis de serem concretizados. Mantidas as incoerências e a falta de transparência nos critérios adotados para resolver os problemas existentes, não há outro qualificativo mais adequado à administração municipal (inclusive anteriores) do que ser taxada de arbitrária.

(RE)CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo deste estudo, a paisagem da Bacia da Lagoa do Peri foi tomada como um texto que oferece a possibilidade de leituras diversas e igualmente válidas. A abordagem se deslocou da paisagem como “campo de visibilidade”, quando caracterizou-se suas formas e estrutura visível, para a paisagem enquanto “campo de significação” individual e sócio-cultural, onde enfocou-se os significados e valores construídos pelos atores que a vivenciam.

Neste caso, a paisagem foi tomada como um conjunto dinâmico, no qual o sujeito vive, desloca-se e busca por significados. Tornou-se evidente que os cenários vividos assumem diferentes sentidos segundo o “modo de olhar” e, assim, não se trata de um horizonte fixo e estático, mas construído de movimento, valores e sentimentos. Ao incluir aquilo que tem significância para os diferentes sujeitos, a paisagem deixa de ser o pano de fundo das atividades e acontecimentos e integra-se à existência humana. Augustin BERQUE (1998), nos fala que a paisagem é plurimodal, assim como é o sujeito para o qual a paisagem existe. Admite-se que tanto pela diversidade de arranjos e cenários como pelas diferentes maneiras de olhar e atribuir significados, seria mais adequado referir-se à paisagens que emanam de uma mesma paisagem.

É preciso considerar que a paisagem vivida pode engendrar tantas respostas quanto forem as intenções em relação a ela. A partir das valorações utilitária e ecológica, aqui analisadas, percebe-se que o mesmo espaço apresenta diferentes camadas de significados. Paisagem como habitat, lazer, labor, reserva e como problema, constituem algumas das formas (metáforas) pelas quais a experiência e o sentido de paisagem podem ser enfocados, desvelando sua plurimodalidade e as fontes de vínculos (topofílicos e topofóbicos) dos sujeitos com o entorno.

Na opinião de vários autores, a paisagem precisa ser pensada como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana. Michel COLLOT (1990, p. 31), compara a paisagem a um espaço transacional: “A paisagem é uma interface entre espaço objetivo e espaço subjetivo: sua percepção articula a um só tempo o reconhecimento de propriedades objetivas e a projeção de significações subjetivas.” Sob a condição de espaço transacional, a paisagem tem de ser entendida também como um lugar de troca entre as esferas individual (privada) e coletiva (pública), ou seja, como campo de expressão do político.

No caso aqui estudado, a institucionalização da paisagem enquanto unidade de conservação é uma expressão normativa extremamente elaborada deste processo e que não deve ser entendida apenas como produto de parâmetros técnicos, científicos e jurídicos, mas, principalmente, como cenário de encontros e sobreposições de significados e interesses variados, de lógicas que atuam em diferentes escalas e que partem de atores sociais direta ou indiretamente envolvidos com o espaço.

Na forma aqui sistematizada, “paisagem-reserva” e “paisagem-problema” podem ser encaradas como camadas do campo de significação (ecológica) onde os interesses e objetivos ora são sinérgicos, ora são antagônicos, desencadeando tensões e conflitos e permitindo reconhecer que os conflitos de uso da natureza são constituintes dos próprios atores ou grupos. Sobretudo, é preciso entender a “paisagem-problema” como um descompasso entre os valores institucionalizados e aqueles vividos, especialmente no que concerne a perspectiva utilitária.

Mais especificamente, é na fruição da valoração utilitária que os esforços devem se concentrar para que se possa compatibilizar os interesses dos moradores com os objetivos que justificaram a criação do Parque. Afinal, enquanto aqueles estiverem ameaçados de seus direitos, impedidos da satisfação de suas necessidades básicas e aliados do processo de gestão do Parque, os conflitos persistirão e tornar-se-ão potencialmente mais significativos. Por esse viés, retomamos a tese de que é nos verbos *criar* e *possuir* que encontramos o verdadeiro significado e significância da paisagem vivida. Para os moradores do Parque da Lagoa do Peri, criar no sentido de continuar dotando a paisagem vivida de um significado pessoal e possuir no sentido de ultrapassar a condição de usuário e participar do processo decisório das questões que afetam suas vidas, consolidando assim, sua cidadania. Por tudo isto é que a paisagem torna-se um espaço plástico, apto a ser configurado tanto pelas percepções, valores e atitudes individuais como pelas representações coletivas e, desse modo, sempre se traduzindo numa oportunidade de (re)construção de significações.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens americanas: imagens e representações do *wilderness*. Espaço e cultura, n. 5, jan./jun. 1998. p. 43-53.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 84-91.
- BLEY, Lineu. Morretes: estudo de paisagem valorizada. Rio Claro, 1990. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro. 215 p.
- CABRAL, Luiz Otávio. Bacia da Lagoa do Peri: sobre as dimensões da paisagem e seu valor. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.
- COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 20, n. 39, p. 21-32, 1990.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 92-123.
- DARDEL, Eric. L'Homme et la terre: nature de la réalité géographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952. 133 p.
- DUBOS, René. Namorando a Terra. São Paulo: Melhoramentos, 1981. 150p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da Língua Portuguesa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- FLORAM – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE FLORIANÓPOLIS. Parque Municipal da Lagoa do Peri: cadastro de moradores. Florianópolis, 1998a.
- HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Pós-graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 550 p.
- IPIUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri. Relatório Final, 1978. vol. 1.
- KUERTEN, Roberto Maykot. Produção de cartas de uso e cobertura da terra a partir de dados obtidos por sensores remotos – Área teste: Parque Municipal da Lagoa do Peri. Florianópolis, 1998. Dissertação (Pós-graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, 88 p.
- MACHADO, Lucy Marion C. P. A Serra do Mar Paulista: um estudo de paisagem valorizada. Rio Claro, 1988. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro. 311 p.
- RELPH, Edward. As Bases Fenomenológicas da Geografia. Geografia, v. 7, n. 4, p. 1-25, abr. 1979.
- TUAN, Yi-Fu. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo : Difel, 1980. 288p.
- _____. Geografia Humanística. In: Perspectivas da Geografia. CHRISTOFOLETTI, A. (org.). São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.
- _____. Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.
- WHYTE, Anne V. T. La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. Paris: UNESCO, 1978. 134 p.